



Processo nº 10882.908152/2009-74
Recurso Voluntário
Acórdão nº **3003-000.442 – 3^a Seção de Julgamento / 3^a Turma Extraordinária**
Sessão de 14 de agosto de 2019
Recorrente SAMBAIBA TRANSPORTES URBANOS LTDA
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

Período de apuração: 01/01/2007 a 31/01/2007

REGRAS GERAIS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.

Recurso Voluntário fora interposto intempestivamente. Não conhecimento do Apelo pela interposição com prazo superior a 30 (trinta) dias corridos, nos termos do artigo 33 do Decreto 70.235/1972

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Marcos Antônio Borges – Presidente

(documento assinado digitalmente)

Müller Nonato Cavalcanti Silva – Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Marcos Antônio Borges (presidente da turma), Vinícius Guimarães, Marcio Robson Costa e Müller Nonato Cavalcanti Silva.

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário interposto contra acórdão de manifestação de inconformidade, prolatado pela 8^a Turma da Delegacia de Julgamento de Campinas. Por bem retratar a narrativa fática, adoto o relatório elaborado pela instância *a quo*:

Trata-se de Despacho Decisório, que não homologou Declaração de Compensação eletrônica.

Na fundamentação do ato, consta:

3-FUNDAMENTAÇÃO, DECISÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL

Límite do crédito analisado, correspondente ao valor do crédito original na data de transmissão informado no PER/DCOMP: 178.875,40
A partir das características do DARF discriminado no PER/DCOMP acima identificado, foram localizados um ou mais pagamentos, abaixo-
relacionados, mas integralmente utilizados para quitação de débitos do contribuinte, não restando crédito disponível para compensação dos
débitos informados no PER/DCOMP.

CARACTERÍSTICAS DO DASF

PERÍODO DE APURAÇÃO	CÓDIGO DE RECEITA	VALOR TOTAL DO DARF	DATA DE ARRECADAÇÃO
31/01/2007	6912	178.875,40	16/02/2007

UTILIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS ENCONTRADOS PARA O DARF DISCRIMINADO NO PER/DCOMP

Dante da inexistência do crédito, NÃO HOMOLOGO a compensação declarada.
Valor devedor consolidado, correspondente aos débitos indevidamente compensados, para pagamento até 30/10/2009.

PRINCIPAL	MULTA	JUROS
148.157,26	29.631,45	43.765,65

Cientificada, a interessada apresentou, Manifestação de Inconformidade, , alegando, em síntese, que:

Preliminarmente cabe ressaltar que a base de cálculo do PIS e da COFINS nas competências de Janeiro/2007 e Fevereiro/2007 foram: Janeiro R\$ 22.793.424,14 (Vinte e dois milhões, setecentos e noventa e três mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e catorze centavos). Fevereiro R\$ 23.204.875,65 (Vinte e três milhões duzentos e quatro mil oitocentos e setenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

Na competência de Janeiro/2007 foi recolhido no dia 16/02/2007 PIS no valor de R\$ 178.875,40 (Cento e setenta e oito mil, oitocentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos), com o código de recolhimento 6912, quando o correto seria o código o de recolhimento 8109 e o valor de R\$ 148.157,26 (Cento e quarenta e oito mil, cento e cinqüenta e sete reais e vinte e seis centavos),conforme base de cálculo acima.

Para corrigir os erros, adotamos os seguintes procedimentos:

Foi confeccionada uma PER/DCOMP de nº. 07805.52940.250607.1.3.047430, no valor de R\$ 178.875,40 (Cento e setenta e oito mil, oitocentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos), que primeiramente compensou o PIS de Janeiro/2007, no valor de R\$ 148.157,26 (Cento e quarenta e oito mil, cento e cinqüenta e sete reais e vinte e seis centavos), restando assim um valor a compensar de R\$ 30.718,14 (Trinta mil setecentos e dezotto reais e quatorze centavos).

Foi confeccionada outra PER/DCOMP de nº. 42769.76339.250607.1.3.043691, no valor de R\$ 202.414,20 (Duzentos e dois mil, quatrocentos e quatorze reais e vinte centavos), que primeiramente compensou o PIS' de Fevereiro/2007, no valor de R\$ 150.831,69 (Cento e cinqüenta mil, oitocentos e trinta e um reais e sessenta e nove centavos), restando assim um valor a compensar de R\$ 51.582,51 (Cinquenta e um mil quinhentos e oitenta e dois reais e cinqüenta e um centavos).

Após as compensações verificou-se que restou um saldo total a compensar no valor de R\$ 82.300,65 (Oitenta e dois mil, trezentos reais e sessenta e cinco centavos), o qual foi aproveitado para recolhimento do PIS competência Março/2007, onde foram confeccionadas as PER/DCOMP de números 32758.90687.080507.1.3.045506 e 32636.72248.080507.1.3.046862, conforme valores informados em DCTF.

Acerca dos esclarecimentos acima, apresentamos para constatação, GUIAS DE RECOLHIMENTO, DCTF, PER/DCOMP e ainda solicitamos depois de constatado, que seja cancelado o lançamento das referidas cobranças.

O acórdão recorrido julgou improcedente a manifestação de inconformidade, razão pela qual a Recorrente manifesta sua irresignação pelo presente Apelo.

São os fatos.

Voto

Conselheiro Müller Nonato Cavalcanti Silva, Relator.

Antes de apreciar a insurgência recursal, impõe a análise dos requisitos formais de admissibilidade do presente Apelo. Verifico que a Recorrente não atendeu ao prazo estipulado pelo artigo 33 do Decreto 70.237/1972. À fl. 51 o AR de notificação do Acórdão de Impugnação, com data de ciência pela Recorrente em 03/01/2013. Em respeito ao prazo de 30 (trinta) dias estabelecido para interposição de Recurso Voluntário, o prazo *ad quem* se encerra no dia 04/02/2013. Contudo, a como atesta a fl. 53, a Recorrente apenas realizou o protocolo em 05/02/2013.

Em respeito à preclusão em matéria administrativa, pelo império do rito processual e dos efeitos dos atos processuais no tempo, não merece ser conhecido o presente Recurso Voluntário.

Pelo exposto, não conheço do Recurso Voluntário por sua interposição intempestiva.

(documento assinado digitalmente)

Müller Nonato Cavalcanti Silva

